

Parecer nº 90/IEF/URFBIO NOROESTE - NCP/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0017017/2023-36

PARECER ÚNICO

Parecer relativo ao recurso administrativo proposto por Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro, em razão do indeferimento do Processo SEI nº 2100.01.0017017/2023-36, fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada no município de Arinos/MG.

1. RELATÓRIO

O procedimento foi encaminhado a este Núcleo de Controle Processual (nº 86368897) para análise do pedido formalizado em ID nº 86199666, em 12 de abril de 2024. O Requerente requer, em suma, a reconsideração da decisão que indeferiu os pedidos de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para alteração do uso do solo em 12,0496 ha (sendo 5,8211 ha - AIA corretiva) e intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em 3,4263 há em Áreas de Preservação Permanente – APP (sendo 0,3322 ha- AIA corretiva), para ampliação do empreendimento, em nome da Sra. Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro, localizada no município de Arinos/MG.

Considerando a Lei Estadual nº 14.184/2002 que dispõe sobre os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual;

Considerando o Decreto Estadual nº 47.892/2020 que versa sobre a organização do Instituto Estadual de Florestas;

Considerando o Decreto nº 46.953, de 23/02/2016 que dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – que trata a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016;

Considerando as atribuições do Supervisor Regional, o Sr. Marcos Roberto Batista Guimarães, brasileiro, portador do registro geral nº [REDACTED], inscrito no CPF nº [REDACTED], nomeado por ato do Diretor Geral do IEF, publicado em 30/01/2019 com competência delegada pela Portaria nº 97, de 06 de dezembro de 2023, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020;

Considerando as atribuições da Coordenadora do Núcleo de Controle Processual, a Sra. Laressa Paôlla de Souza Ferreira Alves, brasileira, portadora do registro geral nº [REDACTED], inscrita no CPF nº [REDACTED], OAB [REDACTED], nomeada por ato do Diretor Geral do IEF, publicado em 12/01/2025. O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 14 do Decreto Estadual nº 47 892, de 23 de março de 2020, com fulcro na Lei

Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, nos termos do artigo 23 da Lei Estadual nº 10.850, de 04 de agosto de 1992, e do Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020;

Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 47.749/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais é que passamos a elaboração deste parecer com intuito de subsidiar a decisão da autoridade competente.

2. JUIZO DE ADMISSIBILIDADE.

A Autoridade Administrativa competente, *in casu*, o Instituto Estadual de Florestas - IEF deverá proceder ao Juízo de admissibilidade do presente recurso, considerando as determinações abrangidas nos artigos 80, 81 e 82 do Decreto nº 47.749/2019, *in verbis*:

"Art . 80 – o recurso deverá ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data de ciência da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes.

§ 1º – Protocolado o recurso, ter-se-á por consumado o ato, não se admitindo emendas.

§ 2º – Será admitida a apresentação de recurso via postal, verificando-se a tempestividade pela data da postagem.

§ 3º – A contagem dos prazos se dará conforme a Lei nº 14 .184, de 2002.

§ 4º – São legitimados para interpor o recurso de que trata o art. 79:

I – O titular de direito atingido pela decisão, que seja parte no respectivo processo;

II – O terceiro, cujos direitos e interesses sejam diretamente afetados pela decisão;

III – o cidadão e a pessoa jurídica que represente direitos e interesses coletivos ou difusos.

Art . 81 – A peça de recurso deverá conter:

I – A autoridade administrativa ou a unidade a que se dirige;

II – A identificação completa do recorrente;

III – o endereço completo do recorrente ou do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações relativas ao recurso;

IV– O número do processo de autorização para intervenção ambiental cuja decisão seja objeto do recurso;

V – a exposição dos fatos e fundamentos e a formulação do pedido;

VI – A data e a assinatura do recorrente, de seu procurador ou representante legal;

VII – o instrumento de procuração, caso o recorrente se faça representar por advogado ou procurador legalmente constituído;

VIII – a cópia dos atos constitutivos e sua última alteração, caso o recorrente seja pessoa jurídica.

Art . 82 – o recurso não será conhecido quando interposto por pessoa não legitimada, quando for intempestivo ou quando não forem atendidos os requisitos previstos no art . 81".

Sendo assim, em cumprimento a legislação supramencionada, passo ao exame da admissibilidade.

- **Requisitos da Tempestividade**

O artigo 79 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, dispõe sobre os casos em que é cabível recurso nos processos de intervenção ambiental. Logo, o prazo para interposição do recurso está previsto no artigo 80 do referido Decreto, com limite de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes.

O empreendedor foi notificado da decisão de indeferimento, via intimação eletrônica no dia 15/03/2024 (Certidão de Intimação Cumprida 84197625). No dia 12/04/2024, foi protocolado o recurso (ID 86199666). Portanto, tempestivo o presente recurso.

- **Requisitos da Legitimidade**

O parágrafo 4º do artigo 80, do Decreto Estadual nº 47.749/19 prevê quem são os legitimados para interpor o recurso. No caso em comento, verificou-se que o pedido foi formulado por parte legítima.

- **Requisitos para Instrução**

Os requisitos para instrução estão conjecturados no artigo 81, do Decreto citado. Constatou-se que a peça recursal foi devidamente instruída.

3. DA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO.

O presente tema é regido pelo artigo 51 da Lei Estadual nº 14.184/2002, assim: "*Art. 51 – Das decisões cabe recurso envolvendo toda a matéria objeto do processo. § 1º – O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de cinco dias, encaminhá-lo-á à autoridade imediatamente superior*".

O ente competente para apreciar os pedidos de reconsideração é a supervisão regional da URFbio, setor responsável pela emissão da autorização, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 do Decreto Estadual nº 47.892/2020: "*Parágrafo único – Compete ao Supervisor regional do IEF, na sua área de abrangência: I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF*".

A reconsideração ocorrerá quando houver a possibilidade de aplicação do princípio de Autotutela Administrativa nos termos do artigo 78, do Decreto Estadual nº 47.749/2019. Vejamos: "*Art. 78 – Quando for necessária a autotutela administrativa em razão de algum vício de legalidade constatado posteriormente à emissão do ato autorizativo em processos de intervenção ambiental, o órgão deverá, fundamentadamente, determinar sua anulação, nos termos do art. 64, ou sua convalidação, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002*".

Por fim, cumpre mencionar que a disposição abarcada no artigo 34, do Decreto Estadual nº47.383/2018 atesta que: *"Art. 34 - Uma vez arquivado por decisão definitiva, o processo de licenciamento ambiental não será desarquivado, salvo em caso de autotutela, assegurado o direito do empreendedor formalizar novo processo"*.

Diante do exposto, não se verifica no caso concreto qualquer vício de legalidade que exija a reconsideração da decisão inicial, razão pela qual dá-se início ao atendimento do que determina o artigo 83 do Decreto Estadual nº 47.749/2019: *"Art. 83 – O órgão que subsidiou a decisão recorrida analisará o atendimento às condições previstas nos arts. 80 a 82, as razões recursais e os pedidos formulados pelo recorrente, emitindo parecer único fundamentado, com vistas a subsidiar a decisão do recurso pelo órgão competente, admitida a reconsideração"*.

Enfim, ressalta-se que o órgão competente é a Unidades Regionais Colegiada do Copam no Noroeste, competência esta definida pelo Decreto nº 46.953, de 23/02/2016, em seu artigo 9º, inciso V, alínea "c": *"V – decidir, em grau de recurso, como última instância, sobre: c) processos de intervenção ambiental decididos pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidades do Instituto Estadual de Florestas, devendo o assessoramento, nesses casos, ser prestado pelas suas equipes técnicas e administrativas"*.

4. FUNDAMENTAÇÃO

O Requerente em sua impugnação demonstra o seu inconformismo em relação ao indeferimento do processo e requer reconsideração da decisão, ou seja, a reanálise do processo de intervenção ambiental para autorizar a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e ampliação do seu empreendimento.

Compulsando os autos, aferiu-se que houve a fragmentação das atividades do empreendimento, haja vista que não foi realizada a classificação do empreendimento no todo. Bem como, devido a falta de licença ambiental válida, por se tratar de propriedade superior a 1000 ha de atividades agropecuárias desenvolvidas, a solicitação de intervenção ambiental não seria de competência do IEF/URFBIO NOROESTE.

Sobre o tema, a legislação pátria apresenta robusto conteúdo que vale transcrever, algumas delas:

DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

"Art. 11 – Para a caracterização do empreendimento deverão ser consideradas todas as atividades por ele exercidas em áreas contíguas ou interdependentes, sob pena de aplicação de penalidade caso seja constatada fragmentação do licenciamento.

Parágrafo único – Para os empreendimentos detentores de Licença Ambiental Simplificado – LAS, as ampliações serão enquadradas de acordo com as características de tais ampliações e das atividades já existentes, cumulativamente, e a licença a ser emitida englobará todas as atividades exercidas".

Atualmente no estado de Minas Gerais o assunto é tratado em sua completude pelos artigos 07 e 16, do Decreto Estadual nº 47.383/18, transcrevo:

"Art. 7º - Compete ao IEF, dentre outras atribuições previstas em norma específica,

no âmbito da regularização ambiental:

I - analisar e decidir os requerimentos de autorização para intervenções ambientais vinculados:

a) ao Licenciamento Ambiental Simplificado;

b) a empreendimentos e atividades localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado, ouvido o seu conselho consultivo, quando houver, e em Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs - por ele reconhecidas;

c) a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento, ressalvadas as competências decisórias do Copam;

II - analisar e decidir os requerimentos de autorização para manejo em geral de fauna e de flora vinculados:

a) ao Licenciamento Ambiental Simplificado;

b) a empreendimentos e atividades localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPNs por ele reconhecidas;

c) a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento.

(...)

Art. 16 - O procedimento de licenciamento ambiental é iniciado com a caracterização pelo empreendedor da atividade ou do empreendimento, inclusive quanto à intervenção ambiental e ao uso de recursos hídricos, na qual deverão ser consideradas todas as atividades por ele exercidas, mesmo que em áreas contíguas ou interdependentes, sob pena de aplicação de penalidade caso seja constatada fragmentação do processo de licenciamento."

Em síntese, desprende-se do Auto de Fiscalização 116 (75240169) realizado no empreendimento que:

"As áreas consolidadas no empreendimento segundo declarado no CAR possuem 1.008, 2610 há. As áreas consolidadas informadas no mapa são 1.008,177 há. Verifica-se as informações contidas na planta contem 582 há de pastagem 260,5 há de lavoura 140 há com pivô 1,1772 há de cascalheira 0,9965 há sede 16,6912 há estradas 0,6687 piscinão área objeto de DAIA corretiva 6,1533. Considerando o pedido de supressão aplica-se o fator locacional 1, o que leva o empreendimento para a modalidade de licenciamento LAC1, portanto sendo a competência de análise da SUPRAM e não do IEF."

Na manifestação acostada no ID nº 86199666, o Requerente em suma alega o seguinte:

"É fácil perceber que o órgão está contabilizando outras áreas da propriedade considerando-as como "projetos agropecuários" quando menciona no parecer técnico que "As estradas e a sede são área útil do empreendimento pois são estruturas associadas a atividade agrossilvipastoris, portanto contabilizadas na classificação da modalidade de licenciamento ambiental dentro do SLA."

Em primeiro plano, é importante destacar que a análise de um requerimento de intervenção ambiental constitui um procedimento técnico-jurídico de extrema relevância para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Essa análise busca avaliar os impactos de uma determinada atividade ou empreendimento sobre o meio ambiente, a fim de garantir a sua compatibilidade com as normas legais e os princípios da proteção ambiental. Portanto, é de suma importância que o empreendedor realize o requerimento inicial de forma correta e durante a tramitação do processo demonstre o interesse em

solucionar as questões postas.

No caso em apreço, o Requerente alega que: "Neste sentido, é importante ressaltar e explicar que as estradas da Fazenda Nossa Senhora Aparecida não são vinculadas aos projetos agropecuários, tanto que grande parte delas já existiam na fazenda antes da instalação das áreas produtivas, inclusive, antes de 22 de julho de 2008. (...) Logo, as estradas internas da fazenda têm como principal função a manutenção da vegetação principalmente da Reserva Legal e das APPs, o cercamento, prevenção de incêndios, inundações e intervenções; além de garantir o acesso seguro, que são administrativamente e operacionalmente distintos das atividades agropecuárias."

Diante dos argumentos levantados em sede de recurso, foi elaborada a Nota 1 Técnica (101062796) que destaca:

"A sede e estradas são elementos estruturais que integram as atividades agrossilvipastoris do empreendimento. A sede funciona como ponto central do empreendimento muitas vezes armazena estruturas e produtos destinados ao desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária. As estradas são essenciais para movimentação com insumos, equipamentos e produtos dentro do empreendimento além de integrarem as áreas de cultivo e pastagens.

A observação dos documentos apresentados no processo planta planialtimétrica (66483798), verifica-se que o empreendimento atualmente possui, 582,00 ha de criação de bovinos, 400,5 hectares de lavoura, 1,77720 ha cascalheira, sede 0,9865 ha, estradas 16,6912 ha, 0,6687 ha piscinão e 6,15 há (5,8211 há em área comum e 0,3322 ha em APP) de intervenções ambientais a serem regularizadas totalizam 1.008,187 ha.

Além da regularização das intervenções realizadas sem autorização, o requerente solicitou ampliação do empreendimento em 9,3226 há, levaria a área útil do empreendimento para 1.017,51 há. Além do mapa o CAR (66483725) apresentado não deixa dúvidas da área útil do empreendimento maior que 1000 ha, veja que a área consolidada declarada no CAR possui 1.008,2610 ha."

Nesse sentido, a Deliberação Normativa COPAM N° 217 de 06 de Dezembro de 2017, conceitua a área útil para atividades agrossilvipastoris:

"7.1. Área útil para atividades agrossilvipastoris - É o somatório das áreas destinadas ao desenvolvimento das atividades e de suas estruturas associadas. A área útil deve ser expressa em hectare (ha)."

Consoante, o Decreto Estadual 47.749/2019, em seu artigo 5° dispõe sobre a competência no IEF:

"Art. 5° – As intervenções ambientais em empreendimentos ou atividades já licenciadas pelo Estado e não previstas na licença ambiental inicial dependerão de autorização a ser requerida junto ao IEF, quando desvinculadas de licença de ampliação."

Na mesma esteira, a Instrução de Serviço n° 01/2018 assevera sobre as ampliações de empreendimentos licenciados:

"Independente das modalidades, as licenças emitidas em razão de ampliação da atividade ou do empreendimento terão prazo de validade correspondente ao prazo de validade remanescente da licença principal da atividade ou do empreendimento. Para o licenciamento simplificado (LAS/Cadastro ou LAS/RAS), os parâmetros de porte são somados com os da ampliação, podendo resultar em nova LAS ou LAC1. Neste caso, a licença será emitida com todas as tipologias e portes unificados."

No tocante ao argumento do Requerente sobre a vereda: *"para atestar a caracterização de vereda se faz necessário analisar uma série de quesitos, dentre eles, o estudo aprofundado de solo, de vegetação, de espécies florísticas, ictiofauna, dentre outras características envolvendo a região."* Cumpre destacar o texto do Auto de Fiscalização 116 (75240169):

"(...) Todos os elementos de classificação da fitofisionomia de vereda com presença da palmeira conhecida como buritizeiro ou buriti (*Mauritia flexuosa*) não formando dossel, presença de espécies de gramíneas (*Axonopus siccus*)/arbustos e herbáceas típica de área de vereda. Além das características geomorfológicas de solo hidromórfico, afloramento do lençol freático na superfície."

Contexto simétrico, a LEI nº 20.922, de 16/10/2013, define as veredas como: *"vereda a fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos onde o lençol freático aflora na superfície, usualmente com a palmeira arbórea Mauritia flexuosa – buriti emergente em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas;"*.

No mesmo sentido, as veredas exercem papel fundamental na manutenção da fauna do Cerrado pois atuam como local de pouso para a avifauna, de refúgio, de abrigo, de fonte de alimento e de local de reprodução também para a fauna terrestre e aquática. Nesse ponto, o Decreto Estadual nº 46.336/2013, em seu artigo 3º, dispõe sobre a possibilidade de intervenção ambiental:

"Art. 3º Ficam vedadas quaisquer supressões de vegetação nativa em áreas de preservação permanente protetora de veredas, salvo em casos de utilidade pública, dessedentação de animais ou consumo humano."

Por fim, observa-se que a legislação quanto a classificação do empreendimento é robusta e clara quanto a competência de cada órgão ambiental. Noutro ponto, que a área destinada à construção do barramento caracteriza-se como vereda e que não preenche os requisitos previstos em lei para seu desmate, não é possível a autorização para intervenção neste órgão ambiental.

Assim, reitero a decisão proferida, anteriormente e opino pela manutenção do indeferimento do pleito do requerente, de acordo com as legislações supracitadas.

5. DOS PEDIDOS APRESENTADOS.

O requerente apresenta como principal pedido o seguinte: **"O provimento do recurso a fim de transformar a decisão proferida, consequentemente a emissão do AIA para as áreas requeridas."**

Isto posto, é necessária a modulação da decisão da URC em caso de não acatamento do presente

posicionamento, ou seja: 1 - Será mantido o ato de indeferimento; 2 - será determinada o retorno da análise do pedido; e/ou, 3 - será determinada a emissão do AIA e neste caso como isso se daria.

6. CONCLUSÃO

O Supervisor da Unidade Regional de Floresta e Biodiversidade – URFBio, nos termos do artigo 83, do Decreto Estadual nº 47.749/19, decide:

(x) Pelo conhecimento do recurso apresentado, haja vista que é tempestivo e que foram atendidos os requisitos essenciais da peça do recurso.

(x) Pela manutenção da decisão de ID n ° 83935403, tendo em vista o exposto na fundamentação do presente Parecer e impossibilidade de reconsideração.

(x) Pelo encaminhamento do presente feito, com vistas a subsidiar a decisão do recurso pela URC Noroeste, nos termos do Decreto nº 46.953, de 23/02/2016, artigo 9º, inciso V, alínea c.

É o parecer.

Notifique-se o Requerente do conteúdo desta Decisão. Proceda-se com os encaminhamentos de praxe.

Unaí - MG, aos 03 de fevereiro de 2025.

ELABORAÇÃO

LARESSA PAÔLLA DE SOUZA FERREIRA ALVES

Coordenadora do Núcleo de Controle Processual
IEF - URFbio Noroeste

DE ACORDO

MARCOS ROBERTO BATISTA GUIMARÃES

Supervisor Regional URFbio Noroeste
Instituto Estadual de Florestas – IEF



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 04/02/2025, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laressa Paolla de Souza Ferreira Alves, Servidora Pública**, em 04/02/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104130318** e o código CRC **CE7BA87F**.

Ofício IEF/URFBIO NOROESTE - NCP nº. 286/2025

Unaí, 04 de fevereiro de 2025.

Aos Senhores,
Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro,
A/C Juliana da Silva Miranda

Assunto: **Encaminhamento da decisão administrativa - Indeferimento do Recurso**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2100.01.0017017/2023-36].

Venho por meio deste, encaminhar **Parecer 90 (104130318)**, contendo a **decisão administrativa** relativa ao **indeferimento** do Recurso (86199666) proposto por Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro, em razão d o **indeferimento** do **Processo Administrativo nº 2100.01.0017017/2023-36**, fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada no município de Arinos/MG.

Atenciosamente,

LARESSA PAÓLLA DE SOUZA FERREIRA ALVES
Coordenadora do Núcleo de Controle Processual
URFbio Noroeste



Documento assinado eletronicamente por **Laressa Paolla de Souza Ferreira Alves**, **Servidora Pública**, em 04/02/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **106747159** e o código CRC **746B49B8**.

Referência: Processo nº 2100.01.0017017/2023-36

SEI nº 106747159

Rua Jovino Rodrigues Santana, 10 - Bairro Nova Divinéia - Unaí - CEP 38613-094

Tipo de Destinatário:	Pessoa Física
Destinatário:	Felipe Queiroz Ferreira
Tipo de Intimação:	Ciência
Documento Principal da Intimação:	Ofício 286 (106747159)
Data de Expedição da Intimação:	04/02/2025 11:12:58
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Consulta Direta
Data do Cumprimento:	04/02/2025
Usuário Responsável pelo Cumprimento:	Felipe Queiroz Ferreira

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.

Tipo de Destinatário:	Pessoa Física
Destinatário:	Juliana da Silva Miranda
Tipo de Intimação:	Ciência
Documento Principal da Intimação:	Ofício 286 (106747159)
Data de Expedição da Intimação:	04/02/2025 11:12:58
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Consulta Direta
Data do Cumprimento:	04/02/2025
Usuário Responsável pelo Cumprimento:	Juliana da Silva Miranda

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.

Ofício IEF/NAR ARINOS nº. 60/2025

Belo Horizonte, 14 de março de 2025.

Assunto: **PEDIDO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI 2100.01.0017017/2023-36(AIA)

Prezado Senhor,

Com o objetivo de atender a DILIGÊNCIA determinada na 128ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 13 de março de 2025, referente ao empreendimento FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA (Arinos, MG), deverão ser protocoladas neste processo SEI as informações e/ou documentação complementares abaixo relacionadas, **no prazo máximo de 10 (dez dias)**, contados do recebimento do presente ofício..

1. Deverá ser apresentada a Planta Topográfica georreferenciada, formato *.pdf* **incluindo todas as estradas dentro do empreendimento** (discriminar com legenda as que forem *municipais e estaduais, caso possua*), em escala compatível (legível), projeção UTM, datum SIRGAS 2000 (EPSG 4674);
 - a) Grade de coordenadas, *datum* horizontal, fuso, escala, orientação magnética, legenda, data e nome do responsável técnico pela sua elaboração;
 - b) Deverá também estar acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de profissional habilitado para sua elaboração;
2. Deverá ser apresentado arquivos vetoriais de **todas as estradas dentro do empreendimento**, em formato *shapefile*, de acordo com os padrões estabelecidos pela a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/ Igam nº 2.684, de 03 de setembro de 2018, e em formato *.kml* . (um arquivo com todas estradas, um arquivo com estradas internas e um arquivo com as estradas Estaduais e municipais caso possua)

Para maior agilidade na análise do processo, solicitamos que qualquer documento pertinente ao mesmo seja obrigatoriamente encaminhado neste processo SEI.

Atenciosamente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 14/03/2025, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109400383** e o código CRC **FE6BED9A**.

Referência: Processo nº 2100.01.0017017/2023-36

SEI nº 109400383

Rodovia João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

Tipo de Destinatário:	Pessoa Física
Destinatário:	Felipe Queiroz Ferreira
Tipo de Intimação:	Intimação
Documento Principal da Intimação:	Ofício 60 (109400383)
Data de Expedição da Intimação:	14/03/2025 11:29:22
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Consulta Direta
Data do Cumprimento:	14/03/2025
Usuário Responsável pelo Cumprimento:	Felipe Queiroz Ferreira

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.

O Coordenador de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, designado para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 13/03/2025 a 24/03/2025, conforme ato publicado em 01/03/2025, torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) H & B Mineração Importação e Exportação Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Rubelita/MG, nº da licença 1310 PA nº: 1310/2023 ANM 831.138/2009, Classe 2, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 08/11/2033, do responsável H & B Mineração Importação e Exportação Ltda., CNPJ: 40.716.777/0001-71, para o novo titular Marwa Mineração e Terraplanagem Ltda, CNPJ: 52.245.598/0001-82.

2) Areias do Vale Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Rubelita/MG, nº da licença 1815 PA nº: 1815/2023 ANM 832.329/2009, Classe 2, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 31/10/2033., do responsável Areias do Vale Ltda., CNPJ: 16.678.810/0002-12, para o novo titular MVS Mineração do Brasil Ltda. - ME, CNPJ: 47.619.888/0001-09.

(a) Hugo Leonardo Andrade Coutinho
Coordenador de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

14 2054038 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 anos 1) Zirleno Soares Pereira/ Amendolj Comércio e Exportação de Amendoin Ltda. - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despumamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes - Iturama/MG - PA nº 2589/2025, Classe 2. 2) Portal do Paraíso Holding Ltda. - Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares - Fronteira/MG - PA nº 3255/2025, Classe 2.

(a) Bruno Neto de Ávila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

14 2053519 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 128ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCbU11Ab462m8py3C1jsJ14w>, no dia 13 de março de 2025, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 127ª RO de 13/02/2025, APROVADA: 6. Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - Pecma. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). APRESENTADO: 7. Processos Administrativos para exame do Recurso do Auto de Infração: 7.1 Luciano Rodrigues Branquinho/ Fazenda Jibóia - Desmatar através do corte raso com destoca uma área de 146.1432 hectares de vegetação nativa de tipologia de cerrado senso stricto em área comum sem autorização do órgão ambiental - Apreensão: 4.482 m² de Lenha floresta nativa - Unai/MG - PA/CAP/ Nº 792448/23 - AIN/ Nº 326272/2023, Apresentação: URFis NOR. RETIRADO DE PAUTA, por perda de objeto. 7.2 Luiz Carlos da Silva/Fazenda Vereda Grande Araras, Fazenda Galheiros Gleba I e Fazenda São Gonçalo Bonito ou Bocaina - Supressão com desmate e destoca de vegetação nativa referente ao bioma cerrado comum em cinco polígonos com a retirada do material lenhoso. A mensuração das áreas das intervenções totalizou 218,9048 hectares de desmate e um total de 3.649 m² de lenha - Formoso/MG - PA/CAP/ Nº 799764/24 - AIN/ Nº 370021/2024. Apresentação: URFis NOR. RETIRADO DE PAUTA, por perda de objeto. 8. Processos Administrativos para exame do Recurso ao indeferimento de processo de intervenção ambiental: 8.1 Ronaldo Magessi Rocha e Outro - Paracatu/MG - PA/ SEI/ Nº 2100.01.0045884/2023-22 - Tipo de Intervenção: Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 177.8300 e supressão de 388 árvores - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha e supressão de 0 árvores. Fitofisionomia: Cerrado Sensu Stricto. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. BAIXADO EM DILIGÊNCIA. 8.2 Fabrício Cesar Paiva

- Paracatu/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0019830/2021-42 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 1,0462 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,2104 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. RETIRADO DE PAUTA. 8.3 Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro - Arinos/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0017017/2023-36 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 12,0496 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 3,4263 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. BAIXADO EM DILIGÊNCIA. 8.4 Idelfonso Ferreira Neto e Outros - Paracatu/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0039156/2023-94 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 117,2149 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Leontino Monteiro dos Santos representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Ediene Luiz Alves representante da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja-MG) e Cristiane Aparecida de Mendonça representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG). 8.5 Valdeci Davi - Riachinho/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0014565/2023-86 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 150,7980 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,1386 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 306,6318 ha e supressão de 2.485 árvores. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha supressão de 0 árvores. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. INDEFERIDO. 9. Processos Administrativos para exame do Recurso ao arquivamento de processo de intervenção ambiental: 9.1 Valmir Quintino da Rocha - João Pinheiro/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0031316/2023-23 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 10,0000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado Stricto Sensu Ralo. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. INDEFERIDO. 9.2 Waldir Moreira de Andrade - Unai/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0058608/2022-51 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 27,7618 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste. DEFERIDO.

Kamila Esteves Leal
Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas

14 2053866 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh-MG

CANCELAMENTO DE REUNIÃO
(Publicada no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, no dia 07/03/2025, pág. 8)

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/ MG torna público o cancelamento da 28ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR que seria realizada virtualmente no dia 21 de março de 2025, em função da não disponibilização dos documentos referentes ao item 6.1 em conformidade com os normativos vigentes, ficando os itens contidos na pauta postergados para a reunião prevista para o dia 11/04/2025.

Leonardo Monteiro Rodrigues
Presidente da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

14 2054041 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, GISELE MARTINS DE CASTRO, MASP 1478081-1, do cargo de provimento em comissão DAI-16 FL1100082.

14 2053746 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 17 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede promoção na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR NÍVEL	GRAU	NOVA SITUAÇÃO NÍVEL	GRAU	VIGÊNCIA
VALERIA FERREIRA BORGES	11508595	AAMB	III	C	IV	A	03/02/2025
WILMA ALVES GOMES	11635596	AAMB	III	C	IV	A	04/02/2025

14 2053738 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga do Alto São Francisco, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, identifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 02058/2024, Usuário: Vinicius Calixto Leão, Conceição do Pará, Deferido, Portaria nº 12.01.0002191/2025, *Processo nº 03793/2024, Usuário: Município de Bonfim, Bonfim, Arquivado, Portaria Igam nº 48/2019, art. 54-A, inciso II, Portaria nº 12.03.0000030/2025, *Processo nº 03802/2024, Usuário: Indústria e Comércio de Aguardente Sapesinha Limitada, Cláudio, Deferido, Portaria nº 12.01.0002530/2025, *Processo nº 03806/2024, Usuário: Concrelagos Concreto S/A, Pompêu, Arquivado, Portaria Igam nº 48/2019, art. 54-A, inciso III, Portaria nº 12.03.0000033/2025, *Processo nº 03633/2024, Usuário: Vinicius Calixto Leão, Conceição do Pará, Deferido, Portaria nº 12.01.0002192/2025, *Processo nº 03638/2024, Usuário: Nivaldo Gouveia Resende, Piracema, Arquivado, Decreto 47705/2019 – art. 24 - Instrução de Serviço Sisema nº 02/2020, revisão 04, item 7, Portaria nº 12.03.0000031/2025, *Processo nº 00265/2025, Usuário: Passini Salomão Empreendimentos Imobiliários Ltda, Igaratinga, Deferido, Portaria nº 12.01.0002527/2025. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 14 de março de 2025.

14 2053742 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga do Noroeste, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, identificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 2736/2024, Usuário: Marcos Regenis Jose de Sousa, Unai, Deferido, Portaria nº 17.01.0002493/2025, *Processo nº 4399/2024, Usuário: Simone Gobbi, Chapada Gaúcha, Deferido, Portaria nº 17.01.0002512/2025. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 14 de março de 2025.

14 2053714 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Arsae-MG

Diretor-Geral: Laura Mendes Serrano

PORTARIA ARSAE-MG Nº 369, DE 14 DE MARÇO DE 2025

Concede PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL nos termos da Decisão Judicial proferida no Acordão do processo nº 5031044-08.2019.8.13.0079, Memorando SEPLAG/DCCCR-PROMOÇÃO E PLEITO Nº 757/2022 e Of. Cofin nº 2024/2022, ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal da Arsae-MG. A GERENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições delegadas pela portaria Arsae-MG Nº 339 de 18 de abril de 2024.

Considerando que o presente ato não produz efeitos financeiros pretéritos, ficando vedado o acerto de valores atrasados em folha de pagamento, os quais deverão ser pagos exclusivamente por meio de Precatório/RPV, conforme o disposto no art. 100 da Constituição da República e no art. 163 da Constituição do Estado de Minas Gerais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder PROMOÇÃO por escolaridade adicional nos termos da Decisão Judicial proferida no Acordão do processo nº 5031044-08.2019.8.13.0079, Memorando SEPLAG/DCCCR-PROMOÇÃO E PLEITO Nº 757/2022 e Of. Cofin nº 2024/2022, Processo SEI nº1080.01.00039316/2020-70ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Arsae-MG, na forma abaixo indicada.

MASP	NOME	ADM	CARREIRA	PEA - Decisão judicial - Concede NÍVEL	GRAU	VIGÊNCIA
1371429-0	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS HAMDAN	I	AFRAE *	V	A	11/03/2025

*Analista Fiscal e de Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 14 de março de 2025.
DANIELA MARIA DE PAULA
Gerente de Planejamento, Gestão e Finanças

14 2053814 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Sílvia Caroline Listgarten Dias

Expediente

DIRETORIA CENTRAL DE GESTÃO DE DIREITOS DO SERVIDOR ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICOS

A Diretora da Diretoria Central de Gestão de Direitos do Servidor, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 89, inciso III, do Decreto nº 48.636, de 19 de junho de 2023, faz saber aos interessados abaixo relacionados da decisão do estudo de seus processos de acumulação de cargos.

Decisão: acumulações lícitas, nos termos do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c"; artigo 37 § 10; art. 38, inciso III; artigos 42 e 142; artigo 95, parágrafo único, inciso I; artigo 128, § 5º, inciso II, alínea "d", todos da Constituição Federal de 1988, e artigo 17, §§ 1º e 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, comprovada a compatibilidade das cargas horárias. -FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF: ELANE APARECIDA RODRIGUES CORREA -Masp 0873698-5, PEB/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA(CONTAGEM); EDSON VASCONCELOS SILVA -Masp 1544734-5, PEB/PEB; SILVIA LUIZ AUGUSTO -Masp 1465292-9, PEB/PEB.

-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS: DAYRA APARECIDA DE ALMEIDA PINHEIRO -Masp 1487868-0, CONTRATO MEDICO RESIDENTE LEI 6932/81(MEDICO)/ CONTRATO MEDICO - LEI 18185/2009(MEDICO PEDIATRA). -SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO: -SRE METROPOLITANA B: FATIMA APARECIDA GAIA -Masp 0765921-2, PEB(EM AFAST. PREL.)/SECRETÁRIO MUNICIPAL(MATEUS LEME); ELANE ALVES DE SOUZA -Masp 1315303-6, EEB(EXERCENDO VICE-DIRECAO)/PROFESSOR(COLÉGIO TIRADENTES PMMG); MARIA APARECIDA RIBEIRO CAMILO -Masp 1262223-9, PEB/ PEB; MARIA APARECIDA MAGALHAES DOS SANTOS -Masp 0883701-5, ATB/PEB; DANIELLE MARIA MARTINS -Masp 1575371-8, PEB/PEB. -SRE DE ALMENARA: MAURO DIEGO GOBIRA GUIMARAES DE ASSIS -Masp 1382874-4, PEB/PEB; LIDIANE OLIVEIRA GOMES -Masp 1445532-3, PEB/PEB; LARISSA VENENO ARAUJO -Masp 1178348-7, PEB/ SUPERVISOR (SALTO DA DIVISA); TIBÉRIO PINHEIRO DE AZEVEDO NETO -Masp 1375581-4, PEB/PEB; JOELMA MARIA DIAS DA SILVA SANTOS -Masp 1494440-9, PEB/PROFESSOR PI(SALTO DA DIVISA).



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202503150232180114.

Publicação da Decisão da 128ª URC (109494822)

SEI 2100.01.0017017/2023-36 / pg. 16

Paracatu / MG, 24 de março de 2025.

Ao
Ilm. Sr. Marcos Roberto Batista Guimarães
Instituto Estadual de Florestas – IEF
Núcleo de Apoio Regional – NAR Arinos

Assunto: Resposta ao Ofício IEF-NAR ARINOS nº 60/2025 – Apresentação de informações complementares – Processo 2100.01.0017017/2023-36

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Ofício nº 60/2025 – IEF/NAR ARINOS, vimos, por meio deste, apresentar as informações e justificativas técnicas solicitadas, no âmbito do processo de autorização para intervenção ambiental em curso junto a este Instituto.

1. CORREÇÕES NAS ÁREAS DE ESTRADAS

Informamos que as correções solicitadas referentes às áreas de estradas foram devidamente realizadas. Apresentamos a seguir os dados atualizados:

- Área total de estradas: 16,6912 hectares , sendo: 8,5505 hectares de estradas internas 9,5891 hectares de estradas vicinais.

Essas áreas foram revistas com base em mapeamento técnico atualizado, garantindo precisão na representação das vias existentes no empreendimento.

2. JUSTIFICATIVAS PARA AS ALTERAÇÕES NAS CLASSES DE USO E COBERTURA DO SOLO

Na oportunidade, informamos ao órgão ambiental que foram identificadas atualizações nos quantitativos das classes de uso e cobertura do solo, conforme segue:

Telefone: [REDACTED]
Centro - Paracatu/MG | www.ecocerrado.com

Página 1 de 3

Categoria	Área Anterior (ha)	Área Atual (ha)
Pasto	582,0000	574,4318
Lavoura	260,5000	155,2571
Pivô (lavoura irrigada)	140,0000	240,0000
Cascalheira e Sede	1,7720	3,4027
Cerrado (vegetação nativa)	287,5114	298,2299

Ressaltamos que as alterações decorrem dos seguintes fatores técnicos e ambientais:

- Redução da área de pastagem:

Observou-se, ao longo do tempo transcorrido desde o protocolo do requerimento original, **um avanço da vegetação nativa**, em especial do cerrado, em áreas anteriormente destinadas ao pasto. Tal processo de regeneração natural reduziu, de forma espontânea e ambientalmente positiva, a área ocupada por pastagem.

- Conversão de lavoura de sequeiro em lavoura irrigada:

Parte da área anteriormente cultivada com lavoura de sequeiro foi convertida em lavoura irrigada por pivô central, promovendo maior eficiência produtiva e uso da água por meio das autorizações necessárias. Esta conversão gerou um novo desenho da área agrícola, demandando também ajustes nas vias de acesso interno ao empreendimento.

- Atualização e maior precisão no mapeamento:

As informações anteriormente apresentadas foram aprimoradas a partir de nova avaliação técnica com maior detalhamento geoespacial, refletindo com mais fidelidade a realidade atual do uso do solo no imóvel. **Essa reavaliação permitiu identificar, inclusive, que houve um pequeno aumento da área de cerrado, em decorrência da regeneração, e ajustes em áreas como a cascalheira e a sede.**

- Alterações na sede e cascalheira:

Telefone: [REDACTED]
Centro - Paracatu/MG | www.ecocerrado.com

Houve uma reconfiguração da estrutura da sede e da cascalheira, sendo que a área da sede aumentou e a da cascalheira diminuiu. **Esclarecemos que tais modificações ocorreram em áreas já antropizadas, sem intervenção sobre vegetação nativa ou áreas de preservação permanente, mantendo-se os limites legais e ambientais estabelecidos.**

3. ESCLARECIMENTO QUANTO AO IMPACTO DAS ALTERAÇÕES

É importante destacar que **as alterações ora apresentadas não impactam negativamente as áreas objeto do requerimento ambiental em trâmite.**

Trata-se, essencialmente, de ajustes decorrentes de processos naturais de regeneração da vegetação nativa; conversão interna de modalidades de atividades; reconfigurações das estruturas existentes em áreas já utilizadas; e atualização cartográfica com maior nível de precisão técnica.

Dessa forma, **não houve aumento das áreas destinadas a intervenção**, tampouco supressão de vegetação nativa além do que foi originalmente solicitado no requerimento. O novo desenho apresentado visa **refletir com mais fidelidade a realidade atual do imóvel**, garantindo maior segurança técnica, jurídica e ambiental ao processo e demonstrando total transparência do empreendedor ao IEF.

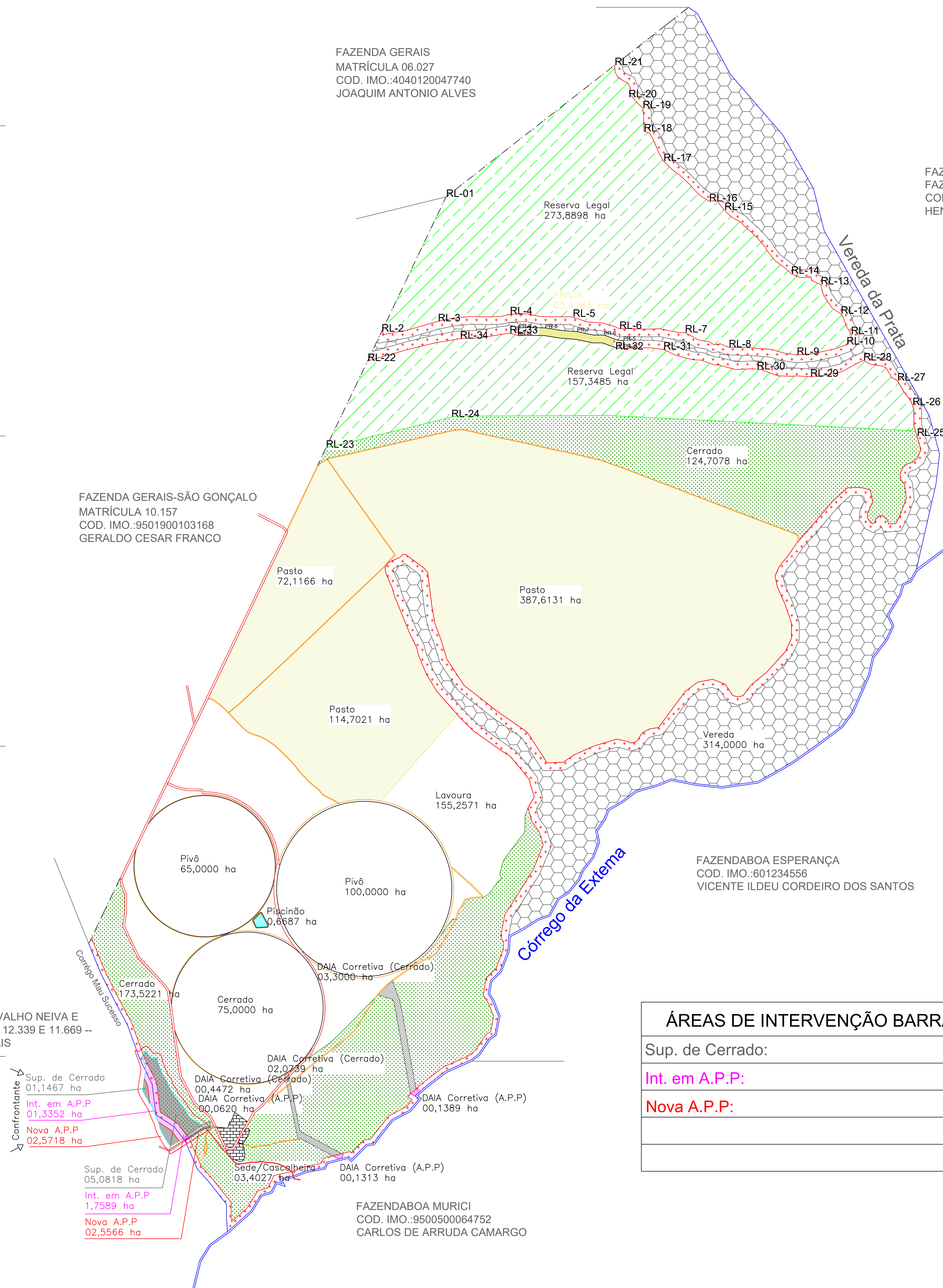
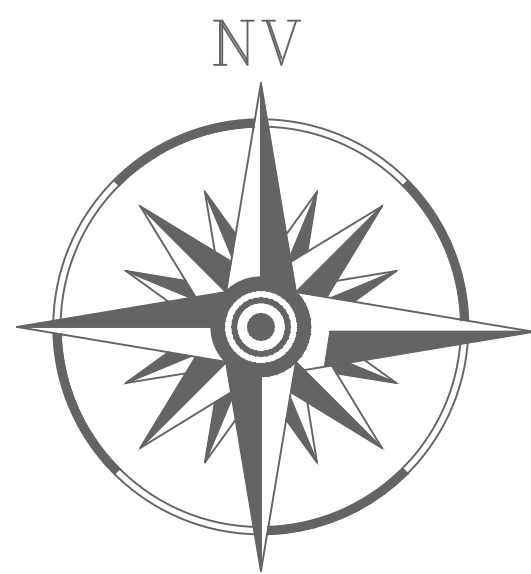
Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Telefone: [REDACTED]
Centro - Paracatu/MG | www.ecocerrado.com

Página 3 de 3



ÁREAS DE INTERVENÇÃO BARRAMENTO	
Sup. de Cerrado:	06,2285 ha
Int. em A.P.P:	03,0941 ha
Nova A.P.P:	05,1284 ha



SITUAÇÕES CARTOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CONVENÇÕES:

- Reserva Legal
- Vereda
- A.P.P.
- Cerrado
- DAIA Corretiva
- Curso d'água
- Cerca
- Estradas Internas
- Estradas Vicinais
- Pasto
- Lavoura/Pivô
- PRADA
- Piscinão
- Supressão de Cerrado
- Intervenção em A.P.P.
- DAIA Corretiva A.P.P.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR U T M

SGR / DATUM: SIRGAS2000

MERIDIANO CENTRAL: -45°

FUSO: 23 s

NORTE (N): 423.835,2838 m

LESTE (E): 8.271.713,4288 m

CONVERGÊNCIA MERIDIANA: 0°36'19.324870"

FATOR ESCALA K: 1,00017991

Escala Nominal : 1/20.000

Escala Gráfica : 1 CM = 200m (1/20000)

0 200m 1000m 2000m

MAPA PLANIMÉTRICO PARA FINS DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Folha: ÚNICA

Imóvel: Fazenda Nossa Senhora Aparecida

Prop.: Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro

Município: Arinos-MG

Escala: 1:20.000

Matrícula(s): 10.094

Data: 20/03/2025

QUADRO DE AREAS DO IMÓVEL	
Cerrado:	298,2299 ha
Reserva Legal:	431,2383 ha
Vereda:	314,0000 ha
A.P.P:	108,8380 ha
Pivô:	240,0000 ha
Lavoura:	155,2571 ha
Pasto:	574,4318 ha
Sede/Cascalheira:	03,4027 ha
Piscinão:	00,6687 ha
Estrada Internas:	08,5505 ha
Estrada Vicinal:	09,5891 ha
DAIA Corretiva (A.P.P):	00,3322 ha
DAIA Corretiva (Cerrado):	05,8211 ha
PRADA:	03,4263 ha
AREA TOTAL UTIL + Intervenção (Barramento):	989,5853 ha
AREA TOTAL Registrada:	2.152,2288 ha
AREA TOTAL Medida:	2.150,3594 ha

Quadro de assinaturas:

BRUNO PERES

OLIVEIRA:09429933655

Assinado de forma digital por BRUNO PERES OLIVEIRA:09429933655

Dados: 2025.03.24 07:51:00 -03'00'

Proprietário: Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro

R.T.: Joice Cristina Carvalho Oliveira

CREA/MG: 349.685MG



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20253804163

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

JOICE CRISTINA CARVALHO OLIVEIRA

Título profissional: **ENGENHEIRA AGRIMENSORA E CARTÓGRAFA**

RNP: [REDACTED]

Registro: [REDACTED]

Empresa contratada: **ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

Registro Nacional: [REDACTED]

2. Dados do Contrato

Contratante: **FABIANE CRISTINA DINIZ PINHEIRO E OUTRO**

AVENIDA DEPUTADO QUINTINO VARGAS - LADO PAR

Complemento:

Cidade: [REDACTED]

Bairro: [REDACTED]

UF: **MG**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nº: [REDACTED]

CEP: [REDACTED]

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **21/02/2025**

Valor: **R\$ 1.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Física**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA

Complemento:

Cidade: [REDACTED]

Data de Início: **19/03/2025**

Previsão de término: **21/04/2025**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **AMBIENTAL**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **FABIANE CRISTINA DINIZ PINHEIRO E OUTRO**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

4. Atividade Técnica

8 - Consultoria

Quantidade

Unidade

42 - Estudo de viabilidade ambiental > GEODÉSIA > GEOPROCESSAMENTO > #34.5.4 - DE
 MAPEAMENTO TEMÁTICO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Atividade 34.5.4 referente a Mapa.

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/legpd/politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

Documento assinado digitalmente

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE



JOICE CRISTINA CARVALHO OLIVEIRA
 Data: 24/03/2025 14:44:59-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

JOICE CRISTINA CARVALHO OLIVEIRA - CPF: [REDACTED]

BRUNO PERES

OLIVEIRA [REDACTED]

Assinado de forma digital por BRUNO PERES OLIVEIRA
 Dados: 2025.03.24 14:15:49 -03'00'

_____, _____ de _____ de _____

Local

data

FABIANE CRISTINA DINIZ PINHEIRO E OUTRO - CPF: 082.827.586-63

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: YYbDZ
 Impresso em: 24/03/2025 às 14:04:43 por: , ip: 177.44.62.175

www.crea-mg.org.br

atendimento@crea-mg.org.br

Tel: 0800 031 2732

Fax:





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20253804163

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **24/03/2025**

Valor pago: **R\$ 103,02**

Nosso Número: **8607548360**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: YYbDZ
Impresso em: 24/03/2025 às 14:04:44 por: , ip: 177.44.62.175

www.crea-mg.org.br

atendimento@crea-mg.org.br

Tel: 0800 031 2732

Fax:



Usuário Externo (signatário):	Felipe Queiroz Ferreira
Data e Horário:	24/03/2025 14:58:09
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	2100.01.0017017/2023-36

Interessados:

Felipe Queiroz Ferreira

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício de Resposta de IC's	110022517
- Mapa Planimétrico	110022519
- Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n°. MG20253804163	110022521
- Arquivos shapefile (.zip ou .rar) Estradas Internas	110022527
- Arquivos shapefile (.zip ou .rar) Estradas Municipais	110022529
- Arquivo kmz/kml das Estradas	110022534

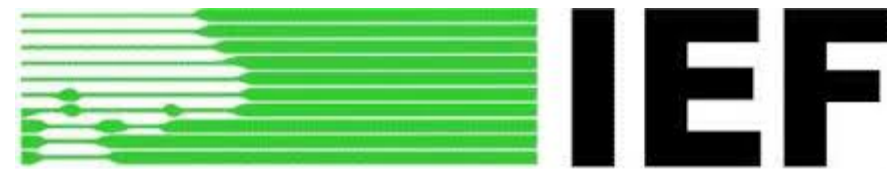
O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Estadual de Florestas.

Auto de Fiscalização IEF/NAR ARINOS nº. 39/2025

Belo Horizonte, 27 de março de 2025.

 <p>INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS</p> <p>DE FISCALIZAÇÃO IEF/URFBIO NOROESTE- NAR Arinos nº 39/2025</p> <p style="text-align: right;">AUTO</p> <p>Referência: Processo SEI nº 2100.01.0017017/2023-36</p>		
<p>Objetivo da Fiscalização: Avaliar requerimento para Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 6,2285 ha e 5,8211 ha corretivos e Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em 3,0941 ha e 0,3322 ha corretivo.</p>		
I D E N	<p>Modalidade: () Não passível () LAS/Cadastro (x) LAS/RAS () LAC () LAT</p>	<p>Atividade: G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, G-05-02-0 Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura, A-03-01-9 Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo</p>
	<p>Nome / Razão Social: Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro</p>	
	<p>[] CNPJ [x] CPF [] CNH [] CTPS [] RG: CNPJ 082.827.586-63</p>	

T
I
F
I
C
A
Ç
Ã
o

Nome fantasia/apelido: FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA						
Endereço (Rua, Av., Rodovia, etc.):						
Complemento: [REDACTED]				Bairro/localidade:		
Município: Arinos				UF: MG	CEP: [REDACTED]	Telefone: [REDACTED]
Assinalar Datum (obrigatório)		[] SAD 69 [X] WGS 84 [] Córrego Alegre				
Lat/Long	Latitude (Y):			Longitude: (X)		
	Grau:	Min:	Seg:	Grau:	Min:	Seg:
Formato UTM (X,Y):	Longitude ou X (6 dígitos)= 421.933 Não considerar casas decimais			Latitude ou Y (7 dígitos)= 8.267.678 Não considerar casas decimais		
	Fuso ou Meridional para formato UTM					
	Fuso: 23L	[] 22 [X] 23 [] 24		Meridiano central: [] 39° [] 45° [] 51°		

No dia 26 de março de 2025, foi realizada vistoria no empreendimento Fazenda Nossa Senhora Aparecida, propriedade rural localizada no município de Arinos/ MG, coordenada geográfica de referência (23L) 421.933/8.267678. Para verificar as informações referente a estradas municipais e estaduais dentro do empreendimento conforme solicitado no Ofício 60 (109400383) com o objetivo de atender a DILIGÊNCIA determinada na 128ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas.

O objetivo a fiscalização foi verificar localização, classificação, perímetro e área das estradas vicinais e municipais localizadas dentro do empreendimento.

Abaixo a imagem com delimitação do empreendimento em amarelo, em vermelho polígonos estradas vicinais municipais e em alaranjado estradas internas informadas pela consultoria que são representantes do requerente.



Imagem 1 . Imagem do empreendimento Fazenda Nossa Senhora Aparecida, discriminando estradas vicinais municipais (vermelho) e estradas internas (laranja).

Segundo o ofício de resposta de informações complementares (110022517) as áreas foram revistas com base em mapeamento técnico atualizado. A situação atualizada das estradas dentro do empreendimento informado pela consultoria foi que existem estrada vicinais municipais dentro do empreendimento com área 9,5891 ha, e as estradas internas somam 8,5505 ha, totalizando 16,6912 ha.

Foi apresentado os arquivos digitais das estradas e mapa topográfico do uso e ocupação do solo no empreendimento.

Adicionalmente, ao que foi solicitado no ofício “Respostas de ICs” (110022517) foi informado pela consultoria fato novo sobre áreas antropizadas que atualmente são remanescentes de vegetação nativa, afetando desta maneira o quantitativo de área remanescente de vegetação nativa e área antropizada.

Da vistoria de campo:

Com base nas definições do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e da Constituição Federal (art. 30, V), entende-se por: Estradas vicinais são vias secundárias que conectam propriedades, povoados ou distritos a rodovias ou outras estradas municipais; Estradas municipais estão sob administração e manutenção exclusiva da prefeitura.

Durante a vistoria, foram constatadas estrada sobre trânsito de veículo escolar dentro do empreendimento. Conversamos com o Sr. Iago, trabalhador do empreendimento, informou que existia antiga estrada vicinal foi desativada e que uma nova estrada foi construída pelo proprietário para e a mesma atende trânsito de veículo escolar. Essa estrada possui aproximadamente 4.087 metros de extensão e 6 metros de largura, totalizando 2,45 ha;

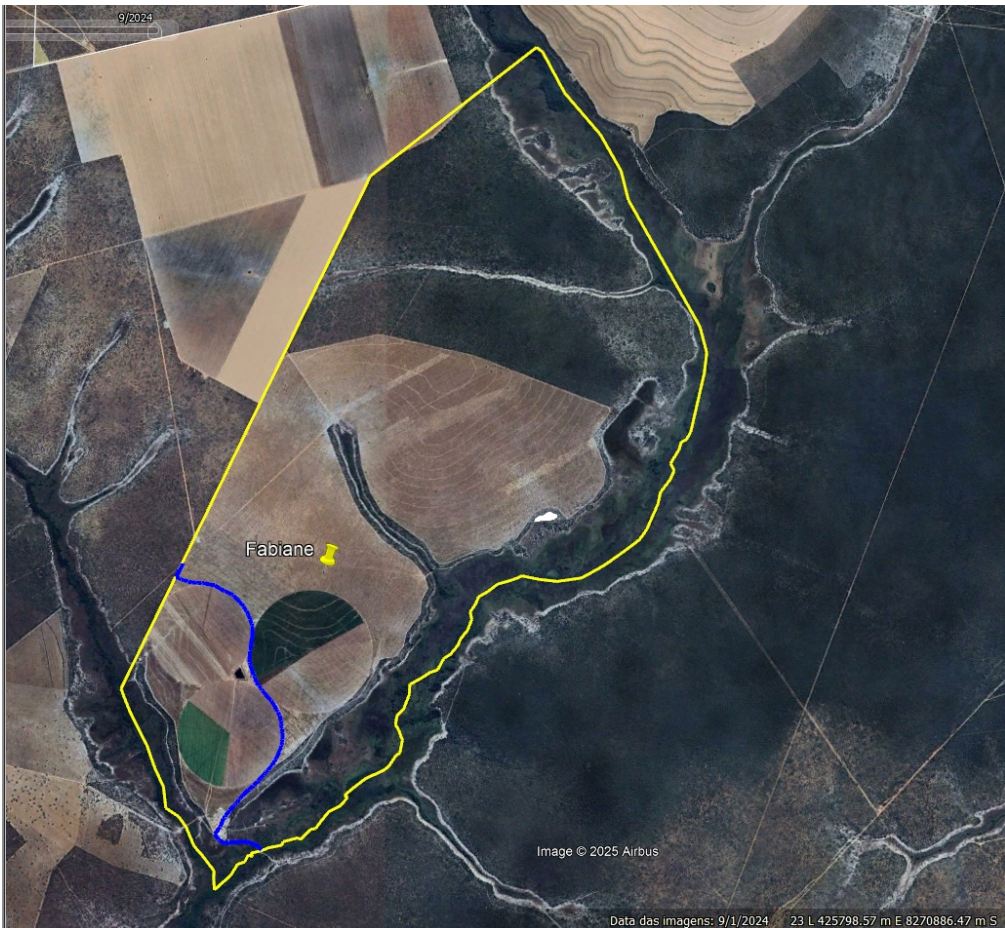


Imagem 2. Estrada vicinal, com 2,45 ha, polígono azul, transito de veículo escolar.

As demais estradas do empreendimento são exclusivamente de uso interno para acesso dentro da propriedade portanto, considerado como estrada vicinal municipal área de 2,45 há e se fosse retirada do computo da área das estradas internas do empreendimento contando área requerida para barramento a área útil do empreendimento seria maior que 1.000 ha;

Uso solo	Hectares	Requerimento Barramento/processo 2100.01.0017017/2023-36	Hectares	Observação
Pastagem	582	Pastagem	582	
Lavoura	260,5	Lavoura	260,5	
Pivô	140	Pivô	140	
Cascalheira	1,1772	Cascalheira	1,1772	
Sede	0,9965	Sede	0,9965	
Estradas	16,6912	Estradas	14,2412	Se considerar estrada "vicinal municipal" de 2,45 ha.
Piscinão	0,6687	Piscinão	0,6687	
		Intervenções ambientais corretivas	6,1533	
		Barramento requerimento	9,3226	

Total da área útil atividade agrossilvipastoris	1.002,0336		1.015,0595	
--	-------------------	--	-------------------	--

Tabela1. Demonstrativo de área por uso do solo antes e depois da formalização do processo de ampliação do empreendimento.

Outras constatações referentes as estradas a consultoria indicaram existência de áreas antropizadas como lavoura e pastagem no cômputo de estradas vicinais e internas, tal fato foi verificado em análise preliminar com uso de imagens de satélite e arquivos digitais e confirmada em vistoria;



A largura das estradas vicinais informada nos arquivos digitais (110022534), ± 11 metros, não condiz com a realidade de campo, foi realizada algumas medições da largura das estradas com utilização de trena e em média as estradas internas e vicinais do empreendimento possuem média de 6 metros;

RELATÓRIO



Outras considerações:

- No mapa atualizado, área identificada como cerrado foi verificada em campo como pastagem (coordenadas 23L 421579/8269218);



- No mapa área classificada como lavoura foi verificada existência de pastagem (coordenadas 422.318/8.267.993);
- Foi constatado desrespeito ao embargo da área autuada AI nº 128568/2020;
- Existência de 4 pivôs no empreendimento foi apresentada no mapa atualizado 3 pivôs;



Imagem site Brasil Mais novembro 2024

adoção das medidas legais cabíveis para retificação dos dados e possíveis sanções ao responsável pelo fornecimento das informações equivocadas.

ASSINATURAS	Analista Ambiental	Documento de Identificação	Assinatura
	1. Maria ISabel Dantas Rodrigues Valadão	Masp [REDACTED]	
	2.	Masp	
	3.	Masp	
	Vistoriado / Representante do Vistoriado:		
	Vínculo com o empreendimento:		Assinatura:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Dantas Rodrigues Valadao, Servidor (a) Público (a)**, em 02/04/2025, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110402446** e o código CRC **A6A2B8B4**.

Processo nº 2100.01.0017017/2023-36

Belo Horizonte, 28 de março de 2025.

Procedência: Despacho nº 78/2025/IEF/NAR Arinos

Destinatário(s): **Rejane Campos da Silva** - Cordenadora NUREG URFBIO Noroeste

Assunto: Análise Conjunta

Prezada colega,

Encaminho Auto de Fiscalização nº39 para conhecimento e encaminhamentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Dantas Rodrigues Valadao, Servidor (a) Público (a)**, em 28/03/2025, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110483048** e o código CRC **DFD4C7C9**.

Ofício IEF/URFBIO NOROESTE - NCP nº. 580/2025

Unaí, 01 de abril de 2025.

Ao Senhor
Ricardo Barreto Silva
Chefe Regional - URA Noroeste
Rua Jovino Rodrigues Santana, nº 10 - Nova Divinéia
Unaí - MG, CEP: 38610-000

Assunto: Consulta sobre o enquadramento do empreendimento e atividades

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2100.01.0017017/2023-36].

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, o **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF**, autarquia criada pela Lei Estadual nº 2.606 de 05 de janeiro de 1962, com sede à Rodovia Papa João Paulo II, 4143 Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, CEP 31.630-900, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, inscrito no CNPJ sob o nº [REDACTED], neste ato representado pelo Supervisor Regional da URFbio Noroeste (Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do IEF) **Marcos Roberto Batista Guimarães**, brasileiro, portador do RG [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] OAB [REDACTED] nomeado por ato do Diretor Geral do IEF, publicado em (30/01/2019) com competências delegadas pela Portaria IEF nº 03, de 14 de janeiro de 2025, lastreado pelo Decreto 47.892, de 23 de março de 2020, vem por meio deste expor o seguinte:

Com o objetivo de atender a DILIGÊNCIA determinada na 128ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 13 de março de 2025, referente ao empreendimento FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA (Arinos, MG), vimos apresentar a presente consulta, tendo em vista as competências estabelecidas no artigo 2º, da Resolução Conjunta nº 3102/2021, bem como, o disposto na Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017.

A presente consulta versa sobre a enquadramento do empreendimento e atividades no presente feito, em especial quanto a avaliação da área útil de empreendimentos nos termos do item 7.1 da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, que assevera: *"7.1. Área útil para atividades agrossilvipastoris - É o somatório das áreas destinadas ao desenvolvimento das atividades e de suas estruturas associadas. A área útil deve ser expressa em hectare (ha)."*

A questão levantado pelos conselheiros requer os seguintes esclarecimentos:

1 - As estradas Municipais ou Estaduais são decotadas do cálculo das áreas úteis dos empreendimentos?

2 - As estradas Vicinais ou estradas internas do empreendimento são decotadas do cálculo das áreas úteis dos empreendimentos?

3 - Os empreendimentos com áreas úteis superiores a 1000 hectares deverão ser analisados por qual órgão ambiental estadual?

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARCOS ROBERTO BATISTA GUIMARÃES

Supervisor Regional URFbio Noroeste
Instituto Estadual de Florestas – IEF



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 07/04/2025, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110676687** e o código CRC **D512E86B**.

Referência: Processo nº 2100.01.0017017/2023-36

SEI nº 110676687

Rua Jovino Rodrigues Santana, 10 - Bairro Nova Divinéia - Unai - CEP 38613-094

Ofício FEAM/URA NOR nº. 6/2025

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025.

Ao Senhor
Marcos Roberto Batista Guimarães
Supervisor Regional URFbio Noroeste
Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Noroeste
Rua Jovino Rodrigues Santana, nº 10, Nova Divinéia
CEP: 38.610-000 – Unaí/MG

Assunto: **Resposta ao Ofício IEF/URFBIO NOROESTE - NCP nº. 580/2025**

Referência: [Processo nº 2100.01.0017017/2023-36].

Prezado,

Em atenção ao Ofício IEF/URFBIO NOROESTE - NCP nº. 580/2025, referente à consulta sobre enquadramento de empreendimento e atividades de projetos agrossilvipastoris, sirvo do presente para prestar as seguintes informações aos questionamentos:

"1 - As estradas Municipais ou Estaduais são decotadas do cálculo das áreas úteis dos empreendimentos?"

Resposta: Sim. São decotadas.

"2 - As estradas vicinais ou estradas internas do empreendimento são decotadas do cálculo das áreas úteis dos empreendimentos?"

Resposta: Não. Tais áreas são computadas como áreas úteis do empreendimento.

"3 - Os empreendimentos com áreas úteis superiores a 1000 hectares deverão ser analisados por qual órgão ambiental estadual?"

Resposta: A competência do licenciamento ambiental é da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam, por meio de suas Unidades Regionais de Regularização Ambiental - URAs, independente da classe do empreendimento.

Com relação à competência para análise dos requerimentos de intervenção ambiental, a mesma será definida em função do enquadramento e da modalidade do processo em que se pleiteia a intervenção, e não necessariamente em função da área útil do empreendimento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Barreto Silva, Chefe Regional**, em 08/04/2025, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **111179755** e o código CRC **9F9B11ED**.

Referência: Processo nº 2100.01.0017017/2023-36

SEI nº 111179755

Rodovia João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900